

Brasil deixará de pagar juros aos bancos oficiais

terça-feira, 19/5/87 □ 1º caderno □ 15

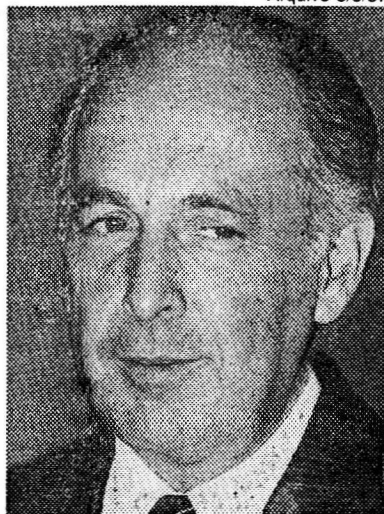
Arquivo 5/5/87

BRASÍLIA — O governo ampliará a moratória deixando de pagar, a partir de 15 de julho, também os juros dos empréstimos dos bancos oficiais europeus, americano e japonês. A informação, dada ontem por um alto funcionário do governo que participa da renegociação da dívida, acabou sendo indiretamente confirmada pelo ministro Luiz Carlos Bresser Pereira ao afirmar que o país não lançará mão de suas reservas cambiais nem deixará de crescer para pagar os juros devidos a esses bancos.

O Brasil deveria retomar o pagamento dos juros às agências oficiais de crédito reunidas no Clube de Paris no dia 15 de julho, pagando uma primeira parcela de US\$ 100 milhões. Até o final do ano, teria que pagar US\$ 570 milhões. "Não existe qualquer possibilidade de o país pagar estas parcelas, a menos que receba dinheiro novo", disse o alto funcionário, defendendo a tese de que o Brasil "pedirá" o adiamento dessas parcelas ao Clube de Paris.

Bresser Pereira nega que tenha feito "ameaças" aos bancos oficiais quando disse no domingo à noite no programa "Crítica e Autocrítica" que o país não ficaria "contra a parede", caso tais bancos insistissem em não liberar os recursos que prometeram quando foi fechado o acordo no início do ano. Segundo um assessor, o que o ministro quis foi "manter firme a posição brasileira".

Relatório — O governo pedirá à missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), que retorna hoje a Washington, para adiar a elaboração e divulgação do relatório sobre a situação econômica do Brasil, até que o Ministério da Fazenda conclua, em 30 dias, o plano econômico com metas de curto e médio prazos. A justificativa para o pedido é simples: o governo sabe que o relatório do Fundo, neste momento, dado os sérios proble-



Bresser reúne-se hoje com o chefe da missão do FMI

mas econômicos do país, será desfavorável, podendo comprometer seriamente as negociações com o Clube de Paris. Hoje, Bresser Pereira terá uma reunião com Thomas Reichmann, chefe da Divisão do Atlântico do FMI e chefe da missão em visita ao país.

Para entrar no processo de negociação com o Clube de Paris, o governo joga com a aceitação pelo FMI do plano de metas sobre desempenho da balança comercial, déficit público, necessidade de financiamento do setor público, política cambial e comportamento da base monetária (colocação de dinheiro no mercado). Em troca, o FMI daria seu aval ao país. O plano, elaborado pela equipe do ministro Bresser Pereira, irá também especificar as formas para cumprir as metas propostas.

A expectativa do governo é de que os credores e o FMI considerem o fato de o Ministério da Fazenda estar sob nova

administração, mais pragmática e com idéias bem delineadas sobre o que fazer para estabilizar e reduzir a inflação. A postura do ministro Bresser Pereira, que os técnicos consideram mais realista que a do ministro Dilson Funaro, também deverá facilitar um entendimento com os credores sem que isso signifique o comprometimento do desenvolvimento do país.

O modelo de negociação 82/83, que exigia a adoção de políticas econômicas recessivas para a obtenção de novos recursos, estaria totalmente esgotado, segundo o mesmo funcionário.

Diretrizes — O programa econômico, em elaboração no Ministério da Fazenda e que será batizado de diretrizes econômicas, propõe para este ano meta de crescimento de 5%, prevendo uma elevação entre 3% e 3,5% para a indústria, aumento zero ou negativo para o comércio, crescimento elevado para o setor agrícola (o número ainda não foi fixado pela equipe da Fazenda) e, na área de serviços, elevação pelo menos do item transportes.

O déficit público terá maior relevância para as diretrizes, que fixarão não só sua estimativa em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), como também onde poderão ser efetuados os cortes. O programa da equipe de Bresser Pereira não tem qualquer ligação com o programa de ação governamental, em conclusão pelo Ministério do Planejamento e que trata de objetivos a médio e longo prazos.

A metodologia básica que está sendo usada na elaboração das diretrizes econômicas consiste, primeiro, em fixar a meta do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para então estabelecer os objetivos restantes da política econômica, desde o déficit público à necessidade de recursos externos novos, passando pela política monetária e inflação.